

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.968 - DF (2020/0256620-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : BRUNO JACOBY DE LAMARE**  
**ADVOGADOS : ISLEY SIMOES DUTRA DE OLIVEIRA - DF021407**  
**LARISSA WALDOW DE SOUZA BAYLÃO - DF023700**  
**ADVOGADA : NATHALIA WALDOW DE SOUZA BAYLÃO - DF027375**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por UNIÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA  
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL LICENÇA  
REMUNERADA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE  
FORMAÇÃO CARGO PÚBLICO ESTADUAL DISTRITAL  
OU MUNICIPAL POSSIBILIDADE ISONOMIA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 535, II, do CPC.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90, no que concerne à vedação de licença a servidor público federal, com opção pela remuneração do respectivo cargo, para participar de curso de formação em cargo Municipal, Estadual ou Distrital, diante da ausência de previsão legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O acórdão recorrido decidiu em total desacordo com previsão expressa em lei, estendendo direito não previsto, adentrando nas esferas privativas do Executivo e Legislativo.

[...]

Sendo assim, a parte impetrante não possui o direito obtido pela decisão judicial ora impugnada, pois os termos legais proíbem servidor público federal de se afastar do seu cargo para curso em outro cargo das esferas estadual, distrital e municipal.

Aqui a norma que veda o direito perseguido pelo impetrante é implícita. O legislador, ao permitir o afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal está, simultaneamente, proibindo o afastamento nas mesmas condições se o cargo for das esferas estadual, distrital ou municipal.

A interpretação do enunciado legal permite chegar a esta interpretação, pois a linguagem jurídica se expressa de forma textual (explícita) ou também pelos significados implícitos, mais ainda diante do princípio fundamental da Administração Pública segundo o qual somente se pode fazer o que lei permite, sendo vedado tudo o que não estiver na lei.

Ora, sendo assim, se o legislador desejasse permitir o mesmo afastamento também para os cargos das demais esferas da Administração Pública, teria colocado tal direito expressamente da lei. Se não o fez, é porque se trata de vedação legal (fls. 246/247).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, não é cabível a interposição de recurso especial fundado em dispositivo de lei federal não vigente, seja em razão de a questão fática ou jurídica ter surgido após a sua revogação, seja por ser anterior à sua entrada em vigor.

Nesse sentido: REsp 1.425.740/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 03/02/2016; AgRg no AREsp 605.044/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/02/2015; REsp 726.446/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 29/04/2011.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Esta Corte tem se posicionado no sentido de que, embora haja omissão da lei quanto a servidor federal aprovado em concurso para outro cargo na Administração Pública Estadual, o direito à percepção dos vencimentos do cargo deve ser deferido, em homenagem ao princípio da isonomia.

Confira-se:

[...]

"(...) 4. *"O funcionário público federal, ainda que em estágio probatório, tem direito de afastar-se do exercício do cargo, com opção pela remuneração respectiva, para participar de curso de formação profissional para provimento de cargo da administração estadual, em homenagem ao princípio da isonomia". (REO 00228009020104013400, Relatora DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 DATA: 28/06/2012) 5. Outrossim, deve ser respeitado o princípio da acessibilidade dos cargos públicos, previsto no inciso I do art. 37 da Constituição Federal. 6. Apelação e remessa necessária não providas.*" (fls. 210/211).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Da análise dos autos, percebe-se que há fundamento constitucional autônomo no acórdão recorrido e não houve apresentação do devido recurso ao Supremo Tribunal Federal.

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente